

Fim do diploma encontra apoio na sociedade

Profissão - jornalista
Da Reportagem Local

Aprovada dia 1º de abril pelo comitê temático de direitos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma universitário específico para o exercício de profissões intelectuais —inclusive a de jornalista— encontrou amplo apoio na sociedade e entre os jornalistas mais conhecidos. Já a defesa da reserva de mercado profissional —e, portanto, da obrigatoriedade do diploma— ficou restrita aos sindicatos e aos professores de escolas de comunicação.

Isso é o que se depreende das opiniões de 73 pessoas ouvidas pela Folha desde que a discussão foi lançada com a publicação de uma entrevista do jornalista Mauro Santayana, 53 secretário-executivo da Comissão constitucional e um dos autores da proposta de fim da obrigatoriedade. A Folha promoveu sobre o tema dois debates em seu auditório, e ainda abriu a seção "Tendências/Debates" para treze artigos, favoráveis ou contrários à proposta.

O diploma fornecido pelas escolas de Comunicações "não dá ao indivíduo o nível de preparação que a rotina de trabalho propicia", diz o poeta e jornalista Carlos Drummond de Andrade, 84, uma das personalidades ouvidas. É no mesmo sentido que se pronuncia José Maria Isquierdo, 39, redator-chefe do jornal espa-

nhol "El País", para quem a supressão de uma legislação idêntica à brasileira foi há sete anos uma conquista da democratização pós-franquista.

11 MAI 1986

Num plano diametralmente oposto, Audálio Dantas, 56, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, argumenta que a atual regulamentação do exercício da profissão é uma garantia, para a sociedade, de que as notícias são recolhidas e preparadas "por um profissional credenciado e consciente de suas responsabilidades e deveres". José Marques de Melo, 42, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, diz, por sua vez, que o debate tomou um rumo pelo qual tem-se a impressão enganosa de que a manutenção da obrigatoriedade do diploma assegura a seus portadores o monopólio da informação, quando, a seu ver, esse "monopólio continua uma prerrogativa dos donos das empresas jornalísticas".

Em nome da "liberdade real de imprensa", Boris Casoy, 45, ex-editor-responsável da Folha e atual editor da seção "Painel", diz que os interesses da sociedade na melhoria da qualidade das informações que ela consome é contraditório com a formação hoje fornecida por escolas cujos formandos "mal conseguem transcrever opiniões alheias ou fazer descrições capengas dos fatos". No mesmo sentido, exprime-se Evandro Carlos de Andrade, 54, diretor de redação de "O Globo", para quem "o

decreto ditatorial que criou esse panorama sombrio não tem razão de sobreviver num regime democrático. Em qualquer país verdadeiramente livre, não existe restrição legal alguma ao exercício do jornalismo".

A menção à origem do decreto, o de número 972, publicado pela Junta Militar em outubro de 1969, não é em si relevante para o jornalista José Hamilton Ribeiro, 50, editor do "Globo Rural". Ele diz que a fluoretação da água consumida nas grandes cidades também foi determinada por regimes militares. Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho quando o decreto-lei foi baixado, diz, por sua vez, que a obrigatoriedade do diploma não foi uma iniciativa da Junta, mas uma resposta aos sindicatos dos jornalistas, "que diziam lugar por isso há vinte anos". Mas "a quem interessa manter essas 63 escolas (de Comunicação, em funcionamento no Brasil) — indaga Miguel Jorge, 41, editor chefe de "O Estado de S. Paulo? Em primeiro lugar, responde "aos donos, que não se sabe como conseguiram abrir quase todas sob as túnicas e quepes dos militares da ditadura". Ele narra recente experiência de sua empresa, que selecionou 195 formados para deles extrair um grupo de vinte, que passaria a estagiar em sua empresa, numa segunda etapa de seleção "em que se precisou ser magnânimo", tamanho o despreparo constatado.

Gaudêncio Torquato, 39, professor da ECA-USP, reconhece as imperfei-

ções técnicas dos cursos, mas diz ser um erro reduzi-los à função de "meros passadores de parâmetros técnicos e normas de redação". Afirma que "a escola é a oportunidade para o encontro das idéias e do debate".

Também professor da ECA-USP, mas também secretário de Redação da Folha, Carlos Eduardo Lins da Silva, 33, argumenta que, nos centros em que os meios de comunicação transformaram-se em indústrias modernas, é inócuo argumentar que as empresas querem mudar a legislação do diploma para diminuir os salários dos jornalistas. Isso porque "jornais fortes em sociedades capitalistas modernas precisam de bons jornalistas bem remunerados".

Toda essa discussão, diz o documento aprovado pelos 140 participantes do Encontro Nacional dos Jornalistas sobre "Comunicação e Constituinte", realizado em abril em Brasília, é simples "pretexto" para se por fim à regulamentação da profissão em vigor.

Mas para Otávio Frias Filho, 28, diretor de Redação da Folha, em artigo de 9 de março, "o que resta como argumento para manter a lei é o interesse corporativo daqueles formados em Comunicações, que receiam as dificuldades de uma competição profissional maior. É legítimo que defendam o que julgam seu direito. Mas falta provarem que o seu interesse coincide no caso com o interesse público".